

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.481 - SP (2018/0233284-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : JORGE DONIZETI SANCHEZ - SP073055
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - SP212835
MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - SP201076
FABIANA CRISTINA MENCARONI GIL - SP208092
MARTINA SIMONE DE MEDEIROS - SP241057
RAFAEL BARIONI E OUTRO(S) - SP281098
AGRAVADO : ROCDRILL COMERCIO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : EDWARD DE MATTOS VAZ - SP050949
INTERES. : ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
OUTRO NOME : SANTANDER SEGUROS S/A
ADVOGADO : PATRICIA GAMES ROBLES SANTANA E OUTRO(S) - SP136540

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL. OCORRÊNCIA INSERÇÃO INDEVIDA DO NOME DA AUTORA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA REGULAR A AMPARAR O DÉBITO. NEGLIGÊNCIA DOS RÉUS NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO PROVADA PELO EXAME PERICIAL E PELOS DEMAIS ELEMENTOS COLACIONADOS AO LONGO DA INSTRUÇÃO. DANO MORAL QUE DECORRE DA PRÓPRIA INSCRIÇÃO INDEVIDA. DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO. SENTENÇA ALTERADA NESSA PARTE. DANO MATERIAL, POR SUA VEZ, NÃO DEMONSTRADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA PENA QUE DEVE SER RESERVADA AO COMPORTAMENTO DOLOSO. HIPÓTESE EM QUE NÃO SE VISLUMBRA TENHAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA AUTORA OBJETIVO MERAMENTE PROTELATÓRIO. CONDENAÇÃO AFASTADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (fl. 684)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 696/700).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos arts. 393, 405 e 884 do Código Civil, 14, § 3º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, 219

do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 240 do CPC/2015), sustentando, em síntese, que (a) não pode subsistir a condenação ao pagamento de indenização por danos morais pelo inscrição no cadastro de inadimplentes, uma vez que se trata de hipótese de de força maior e erro a que foi induzido o banco em razão de fraude, excludente da responsabilidade do recorrente; (b) os juros de mora devem incidir desde a citação, não se aplicando a Súmula 54/STJ ao caso porque a primeira negativação realizada já foi objeto de acordo entre as partes; e (c) o *quantum* indenizatório fixado é excessivo e deve ser reduzido.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 743).

É o relatório.

O Tribunal de origem, com base nas provas produzidas nos autos, concluiu que, houve inclusão indevida do nome da parte recorrida em cadastro negativo, decorrente de fraude praticada por terceiro no âmbito da atividade bancária da recorrente que permitiu a abertura de conta corrente e concessão de empréstimo em nome da recorrida, o que gerou dano moral indenizável para a recorrida. Confira o seguinte trecho do acórdão recorrido:

*"Ao que dimana do panorama probatório construído ao longo da instrução, os demandados, **indevidamente, permitiram a abertura de conta corrente, por terceiro, e autorizaram a concessão de empréstimo bancário em nome da autora.***

*Logo, patente que **não adotaram todas as medidas assecuratórias no momento da celebração do contrato.***

Note-se ainda que, elaborado incidente de falsidade, o laudo pericial grafotécnico confirmou que as assinaturas lançadas nos documentos ofertados pelos réus eram falsas (fis. 92/120 do apenso). Não bastasse, é patente que os demandados sequer foram capazes de trazer aos autos os documentos originais da contratação, tudo a indicar conduta negligente não apenas na análise da documentação apresentada no momento da abertura da conta, mas também no arquivamento de dados importantes e imprescindíveis à apuração de eventual fraude.

Destarte, a partir de conduta omissiva e negligente, ao não conferir, com percuência, a autenticidade dos documentos apresentados no momento da suposta contratação, nem proceder à conferência dos dados fornecidos pelo suposto contratante ou mesmo sequer manter em arquivo as cópias dos mencionados documentos, assumiram os requeridos o risco de sofrer o prejuízo, sendo patente sua culpa pelo ocorrido.

*Logo, **indevidos débitos, escorreita a procedência do pedido declaratório de inexistência de relação jurídica.***

E no que tange à reavaliação do pedido indenizatório, merece parcial reforma a sentença.

Em que pese realmente não tenha a autora comprovado os danos materiais que alegou ter sofrido (o que lhe incumbia, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil), é patente o prejuízo extrapatrimonial decorrente da conduta dos demandados.

A questão relativa ao dano moral tem recebido intenso debate, especialmente depois da vigência da atual Constituição Federal. De toda sorte, caminha-se, sem maior controvérsia, para a possibilidade de seu reconhecimento e caracterização nos mesmos moldes da responsabilidade civil comum, exigindo-se daí a conjugação de três fatores: a efetiva ocorrência de um dano, a ilicitude na conduta do agente e o nexo causal entre os elementos.

(...)

Posta assim a questão, cumpre consignar, por primeiro, que o é patente, como sobredito, a ilicitude do comportamento dos demandados ao cobrar e inscrever nos serviços de proteção ao crédito dívida irregularmente constituída - porque inexistente qualquer relação jurídica entre as partes. Nesse sentido, explica CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA (Instituições de Direito Civil, Vol. II, 8a Ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984, p. 228):

"O fundamento primário da reparação está, como visto, no erro da conduta do agente, no seu procedimento contrário à predeterminação da norma, que condiz com a própria noção de culpa ou dolo. Se o agente procede em termos contrários ao direito, desfere o primeiro impulso, no rumo do estabelecimento do dever de reparar..." (g.n.)

Presente a ilicitude do comportamento, a existência do dano é elemento que igualmente não se pode afastar no caso, pois o abalo de crédito daquele que gozava de boa reputação é evidente e independe da comprovação de qualquer prejuízo, pois gera, por si só, limitações inclusive no plano material de financiamento, v.g., ou mesmo restrições e constrangimentos de ordem laboral, como foi o caso relatado." (fls. 685/687, g.n.)

Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, as instituições financeiras têm o dever de indenizar os danos causados por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito realizadas em razão de operações de crédito firmadas de forma fraudulenta. Isso porque, conforme entendimento firmado sob o rito dos recursos repetitivos, e ratificado na Súmula 479/STJ, as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

A propósito, transcreve-se a ementa do recurso repetitivo:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE

CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido."

(REsp 1197929/PR, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011, g.n.)

Como se vê, a orientação do Tribunal de origem, ao determinar a indenização pelos danos causados pela inscrição indevida da recorrida nos órgãos de proteção ao crédito em razão de operações de crédito realizada de forma fraudulenta, está em consonância com a jurisprudência assente desta Corte, incidindo o óbice da Súmula 83/STJ.

Quanto à alegada violação dos arts. 405 do Código Civil e 219 do CPC/73 (correspondente ao art. 240 do CPC/2015), verifica-se que a tese de que não é possível utilizar um fato que foi objeto de acordo entre as partes como parâmetro para atualização do valor indenizatório não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. A propósito:

"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDÊNCIA. PRIVADA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO PARTICIPANTE E PATROCINADOR. CONDIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VALIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. É válida a exigência, estabelecida em regulamento de entidade fechada de previdência privada, de rompimento do vínculo empregatício entre o participante e o patrocinador, como condição para a concessão do benefício de complementação de aposentadoria.

Precedentes da Segunda Seção.

2. Não se admite recurso especial quando a questão federal nele

suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1103280/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 25/10/2018, g.n.)

Com relação ao valor da indenização por danos morais, é pacífico nesta Corte Superior que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral somente é possível quando o valor arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ATROPELAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Não constatada violação aos artigos 458, II e 535, II, do CPC/73, porquanto todas as questões submetidas a julgamento foram apreciadas pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente.

2. Para o reconhecimento da existência de causa excludente do nexo causal, concernente à culpa exclusiva das vítimas, seria imprescindível o revolvimento dos fatos e provas juntadas aos autos, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula 7 do STJ. No caso dos autos, verifica-se que o quantum estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 513.191/DF, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 23/08/2017, g.n.)

Dessa forma, levando-se em consideração as peculiaridades do caso e na linha dos precedentes desta Corte em casos análogos não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem pagos ao recorrente em virtude dos danos sofridos pela inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito em razão de dívida irregularmente constituída no nome da recorrida. A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO

CPC) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DA COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA COMPANHIA TELEFÔNICA.

1. Pretensão voltada à redução do valor fixado a título de dano moral. Inviabilidade. Quantum indenizatório arbitrado em R\$ 15.000, 00 (quinze mil reais), o que não se distancia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando-se as peculiaridades do caso em apreço (cobrança indevida de serviços não prestados, o que ensejou a inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes). Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa."

(AgRg no AREsp 432.807/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 25/04/2014, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator